

sociologia  
da literatura



GISÈLE SAPIRO

sociologia  
da literatura



contafios



## Literatura: fato social total

Eis um guia indispensável aos interessados em sociologia da literatura: um roteiro abrangente que sustenta postura crítica equilibrada, converge abordagens discordantes, dá voz e foro de audiência a contribuições de variada procedência teórica. O intento consiste em revisitar as dimensões canônicas em sociologia da literatura pelo confronto de enfoques contrastantes, dando a ver os ligamentos entre evidências empíricas e léxicos conceituais.

À primeira vista, trata-se de um balanço bibliográfico obediente aos trâmites do gênero, na linhagem dos artigos memoráveis de Enrico Castelnuovo a respeito da história social da arte. Após uma concisa história intelectual dos autores e estudos pioneiros (Von Martin, Schücking, Mannheim, Escarpit, Goldmann, Macherey), o texto enlaça trabalhos inovadores aos modelos contemporâneos influentes: a teoria dos campos, o modelo do poli-sistema e o interacionismo simbólico nos “mundos da arte”. O ensaio desvela as perspectivas que ancoram a abordagem de três eixos: as condições sociais de produção literária com foco nos condicionantes incidentes na gestação dos escritores e nas linhas de força do universo letrado; a sociologia das obras; a sociologia da recepção.

A novidade reside no tratamento instigante dos tópicos abordados, valendo-se de aproximações inusitadas entre abordagens que não costumam conversar, do apelo a exemplos e indicadores que desabonam o senso comum erudito e, sobretudo, do exame desempenado dos mediadores e instâncias que constituem a esfera da recepção.

O estudo das mediações entre as obras e as condições sociais de sua produção deve forçosamente dar conta das feições históricas da cena literária, universo dotado de leis próprias de funcionamento e de transformação. O reconhecimento do campo literário como microcosmo com valência de autonomia torna obsoletos os truísmos acerca dos liames entre texto e contexto, entre classe e representação ideológica, entre infraestrutura e superestrutura. O desmanche das variadas fórmulas da teoria do reflexo se compensa pelo realce conferido à gênese de um experimento histórico singular – o mundo letrado –, um domínio da experiência societária incontornável à inteligibilidade das obras e de sua recepção.

As abordagens sociológicas da produção literária – as linhagens marxistas de Gramsci, Adorno, Eagleton, os estudos culturais de Hoggart e Williams, a teoria do campo de Bourdieu, o interacionismo de Howard Becker, a história social do livro e da leitura – sempre lidaram com as mediações entre literatura e sociedade. Os esquemas brutalistas de determinação foram pouco a pouco sendo relegados pelos que investiam no seu potencial explicativo.

O apelo de Gisèle Sapiro se enquadra nesse diapasão ao salientar os estudos empenhados em conferir *status* heurístico e causal, em especial a teoria do campo de Bourdieu, às constrições derivadas do universo literário. O fato de atribuir uma carga de autonomia aos embates envolvendo os agentes do campo literário garante uma esfera própria de experiência ao objeto visado pela sociologia da literatura. O acerto máximo consiste em esquadrinhar de ponta-cabeça a literatura como prática social. As condições de produção de agentes propensos a atuar no campo literário se reconfiguram, transmutadas, em obras cujos materiais expressivos guardam pegadas da experiência vivida.

O arremate do argumento sucede por meio de uma circunstanciada sociologia da recepção. Em vez de priorizar resultados

de pesquisas em sociologia da leitura, ou então, de enveredar por uma sociologia do consumo cultural, Gisèle empreende a vitória matizada das injunções complexas pelas quais o trabalho incessante de recepção se investe de um potencial surpreendente de agência, de protagonismo diferido no tempo e no espaço, ao transtornar os sentidos infundidos às obras em meio às lutas no âmbito da cena literária. A reabilitação do escritor Paul Nizan pelo prefácio de Jean-Paul Sartre à reedição de *Aden-Arabie*, a acolhida da imprensa à obra de Georges Bernanos no estudo pioneiro de Joseph Jurt, a consagração de Salman Rushdie como figura emblemática do cânon pós-colonial pelo júri branco e masculino do Booker Prize britânico, são episódios esclarecedores do mantra exercido pelos artífices da recepção.

Os processos judiciais, a recensão crítica, os altos e baixos da consagração autoral, os efeitos da circulação internacional das obras, as feiras e festivais do livro, escancaram as contingências inarredáveis de determinantes de toda ordem em sucessivas conjunturas históricas. A recepção instila na matéria literária o sopro de energia e de sentido derivados das relações de força e competição, por prestígio, anuência e legitimidade, envolvendo os agentes protagonistas do campo literário.

Dito sem delonga, a matéria literária é fato social total, desde a gênese dos fabricantes até o rebote de leituras e reinterpretações ao longo de uma fortuna crítica à mercê de interesses imbricados, de pulsões e projetos gestados pelos agentes do campo, mas também insuflados pelos partidos e governos, por igrejas, pelas mídias, por instâncias heterônomas que assombram os delírios dos súditos do belo.

*Sergio Miceli*





## Introdução

A sociologia da literatura se dedica a estudar o fazer literário como fazer social. Isso implica uma dupla interrogação: sobre a literatura como fenômeno social, do qual participam várias instituições e indivíduos que produzem, consomem e julgam as obras; sobre a inscrição das representações de uma época e das questões sociais nos textos literários.

Essa proposição aparentemente simples levanta várias perguntas. O que é definido como texto de referência: uma obra tal qual foi publicada por seu autor? Mas, nesse caso, o que fazer com as obras de Kafka publicadas por Max Brod depois de sua morte? Ou com diferentes versões publicadas por um mesmo autor? Ou ainda com as variações encontradas nos manuscritos? Deve-se perguntar sobre a gênese da obra e inscrevê-la, à maneira de Sartre, em um “projeto criador”? Ou ainda sobre sua interpretação, que pode variar de acordo com os leitores e as épocas?

De fato, o significado de uma “obra” ou produção cultural não é redutível à intenção de seu autor. Além de o autor não estar sempre consciente do que faz, o significado da obra depende de dois fatores que escapam ao produtor. Primeiramente, o sentido de uma obra não reside somente em sua construção interna, como querem os hermeneutas, mas também em um espaço dos possíveis nacional ou internacional, cujos contornos são traçados pelo conjunto das produções simbólicas do presente e do passado, dentre as quais ela se situa no momento de sua publicação ou de sua republicação. A obra singular se define assim por sua relação com outras produções do ponto de vista do tema, do gênero, da composição, dos procedimentos. Ela veicula representações do

mundo social, que podem ser mais ou menos compartilhadas pelos contemporâneos (em função do grupo social: classe, gênero, nação, etnia...) e se encontra nos textos não literários. O que nos conduz à pergunta que nos interessa mais especificamente aqui: qual é o contexto pertinente? A biografia singular do autor, que Sartre privilegia em seu estudo sobre Flaubert, seu grupo social de origem ou de pertencimento (sua classe), sobre o qual os teóricos marxistas colocaram o foco, ou ainda as características sociais de seu público? A literatura nacional, que fundou a história literária, ou a literatura universal (a *Weltliteratur* de Goethe)? As condições sociais de produção e de circulação das obras, de acordo com a proposição dos criadores dos *cultural studies*, ou as categorias de percepção da cultura na qual ela se inscreve, seguindo a tradição neokantiana que vai de Cassirer a Panofsky?

O segundo fator diz respeito às apropriações e aos usos que são feitos de uma obra, ao sentido que lhe é conferido e às tentativas de anexação das quais ela é objeto. Esses processos de recepção não são exteriores à história da produção literária. Primeiramente, a recepção de uma obra tem efeitos não somente sobre seu significado social, mas também sobre sua posição na hierarquia dos bens simbólicos, quer se trate de sua recepção crítica ou de sua difusão em livraria (posicionamento sobre as mesas das livrarias, listas das melhores vendas, etc.). Em segundo lugar, durante sua vida, muitas vezes ela tem efeitos sobre o(a) próprio(a) autor(a), que pode ser levado(a) a se curvar ou a ajustar seu “projeto criador” em função das reações e das expectativas suscitadas por esta recepção. Em terceiro lugar, as (re)apropriações de obras do passado, ou provenientes de outras culturas, estão no centro dos mecanismos de reprodução ou de renovação do espaço dos possíveis literários: Lautréamont exumado pelos surrealistas contra os escritores de seu tempo, Dos Passos ou Faulkner condecorados na França por Sartre contra as formas romanescas clássicas do século XIX, Flaubert anexado pelo novo romance contra a litera-

tura engajada, esses poucos exemplos bastam para comprovar o papel que elas têm na história da literatura.

Como muitas áreas de especialização (por exemplo, a sociologia do direito), a sociologia da literatura encontra-se dividida entre duas disciplinas. Mas ela padece também da longa história das tensões e dos atritos entre a sociologia e os estudos literários, a primeira constituindo-se como disciplina por uma dilaceração da cultura humanista que prevalecia no fim do século XIX, enquanto as segundas se mostram atualmente relutantes a toda abordagem “determinista” da literatura (sobre os “mal-entendidos” entre essas duas disciplinas, ver Meizoz [2004, p. 17]<sup>1</sup>). Foi, de fato, necessário que ela vencesse a resistência à objetivação devida à crença na natureza indeterminada e singular das obras literárias. Demasiadamente “sociológica” para os literatos e demasiadamente “literária” para os sociólogos, afiliada em certos países à literatura, em outros, à sociologia, ela sofre de uma ausência de institucionalização que contrasta com a riqueza dos trabalhos produzidos nessa área há meio século. O diálogo estabelecido entre literatos e sociólogos, que tende a ultrapassar as tensões disciplinares, abre caminho para colaborações promissoras que esta obra visa encorajar (ver Desan et al. [1988]; Baudorre, Rabaté e Viart [2007]).

Em relação às sínteses de qualidade que a precederam [Dirkx, 2000; Aron e Viala, 2006], a presente obra se propõe fazer um inventário do avanço atual das pesquisas nessa área em plena expansão, dando destaque ao ângulo sociológico e à metodologia (à inclusão dos métodos quantitativos como a análise das correspondências múltiplas e a análise das redes), assim às intercessões com problemáticas da sociologia da arte, da cultura, das mídias, da edição, da tradução, das profissões, das relações sociais, etc., às quais ela está propensa a trazer um esclarecimento inédito. Em

<sup>1</sup> As referências entre colchetes remetem à bibliografia no fim da obra.

constante diálogo com os historiadores da literatura [Lyon-Caen e Ribard, 2010], este balanço indica igualmente perspectivas de cruzamento com os *gender studies* e os *postcolonial studies* [Write Back, 2013], sem se limitar ao espaço francófono (mesmo que este seja onde a sociologia da literatura está mais viva).

O primeiro capítulo traça a história desta especialidade e as teorias que mais a marcaram, em particular aquelas que tentaram ultrapassar a clivagem entre análise interna e análise externa das obras. Nesta ótica, a abordagem sociológica do fazer literário é concebida como o estudo das mediações entre as obras e das condições sociais de produção das mesmas. Estas mediações se situam em três níveis, abrindo eixos de pesquisa que são examinados nos capítulos seguintes: em primeiro lugar, as condições materiais de produção das obras, assim como o modo de funcionamento do mundo das letras; em segundo lugar, a sociologia das obras, das representações que elas veiculam às modalidades de sua produção por seus autores; em terceiro lugar, as condições de recepção e de apropriação, assim como os usos que são feitos delas.

Apoiando-se em exemplos retirados de investigações empíricas, cada um dos três capítulos abordará igualmente os métodos colocados em prática para tratar os problemas evocados. Aos métodos qualitativos, normalmente usados para apreender o fazer literário (análise documental, estudo do conteúdo das obras e/ou das críticas), a postura sociológica acrescenta os estudos das trajetórias individuais, que se desprendem da biografia, e, em se tratando de um objeto contemporâneo, as entrevistas e a observação etnográfica. Mas é, sobretudo, pelos métodos quantitativos que ela se distingue das aproximações propriamente literárias. De fato, apesar da representação comum do ato criador como singular, não faltam aspectos quantificáveis ou mensuráveis no processo de produção e de recepção da literatura: propriedades sociais dos autores e do público, tipos de publicações, suportes, gêneros,

rede de relações, etc. Seja pela prosopografia (biografia coletiva) de um grupo de escritores, pela análise de rede, pela análise lexicométrica ou pelas investigações sobre a leitura, as aproximações quantitativas esclarecem certas particularidades aparentemente irreduzíveis das trajetórias literárias, das obras ou das experiências de leitura em uma configuração social dada, desde que se articule a análises qualitativas mais refinadas. Enfim, também serão examinadas as perspectivas abertas pela desnacionalização da história literária, com os estudos sobre a circulação transnacional das obras (pela via da tradução principalmente, mas também da imitação) e sobre as trajetórias migratórias (efeitos das situações de exílio sobre a criação).



## I / Teorias e abordagens sociológicas da literatura

Entre literatura e sociologia sempre houve relações de conflito, de concorrência, mas também de troca e de impregnação recíproca. A literatura se interessa pela vida social, que ela pinta de acordo com diferentes aspectos. Dos grandes afrescos sociais de Balzac e de Flaubert aos estudos naturalistas do meio de Zola e sua escola, a tradição realista se vinculou, desde o fim do século XVIII, à descrição dos costumes de diferentes universos sociais (da aristocracia à ralé, passando pela burguesia) ou profissionais (jornalístico, médico, sistema financeiro, etc.), de instituições como o casamento, a família, a escola, das transformações da sociedade e da mobilidade social (ascensão, declínio). Mas a especialização da sociologia como ciência e sua institucionalização como disciplina universitária no fim do século XIX retiram dos escritores uma de suas áreas de competências, dado que a “ciência dos costumes” se afirma por sua ruptura com a cultura literária [Lepénies, 1990; Heilbron, 2006; Sapiro, 2004a]. A sociologia da arte torna-se, desde esta época, uma área da sociologia, mas é preciso esperar até a segunda metade do século XX para ver emergir a sociologia da literatura. Esta se inscreve, primeiramente, nos estudos literários, antes de se tornar também uma especialidade no seio da disciplina sociológica.

Ao contrário do pressuposto de uma indeterminação social das obras de arte, expressão da ideologia romântica do “criador inciado”, assim como das aproximações formalistas ou puramente textuais da literatura, a sociologia da literatura considera esta uma atividade social que depende de condições de produção e de circulação, e que tem uma parte ligada a valores, a uma “visão de mundo”. Ela requer, então, um estudo das relações en-

tre o texto e o contexto que apresenta, no plano metodológico, o problema da tensão entre análise interna e análise externa, a primeira se interessando pela estrutura das obras, enquanto a segunda insiste em sua função social. As tentativas de ultrapassar esta clivagem chamaram atenção para as mediações entre a obra e suas condições de produção.

Após um breve retorno às teorias “protossociológicas” da literatura, que buscaram esclarecer as leis da história literária, serão apresentadas as principais teorias e aproximações sociológicas do fazer literário que foram elaboradas desde a década de 1960 até os nossos dias: teoria marxista do reflexo, *cultural studies*, sociologia do livro e da leitura, teoria do campo, instituição literária, teoria do polissistema, interacionismo simbólico (mundos da arte), análise de redes.

## O fazer literário como fazer social

As análises “protossociológicas” da literatura se preocupam essencialmente com seus efeitos sociais. No século XVIII, aparecem estudos sobre o mundo literário em suas dimensões sociais. A conjuntura pós-revolucionária convida a uma reflexão sobre o papel social e político das pessoas de letras. A partir deste momento, sob a pluma de Madame de Staël, essa reflexão toma a forma de uma comparação entre as literaturas nacionais em seu desenvolvimento histórico para daí depreender leis. Essa postura, desenvolvida no meio do século XIX por Hippolyte Taine, vai fundar a história literária que Gustave Lanson transforma em disciplina universitária no fim do século, ancorando-a com mais firmeza ao lado da história e da sociologia.

### *Os efeitos sociais da literatura*

A teoria antiga da imitação, desenvolvida em *A República*, de Platão, foi por muito tempo autoridade em matéria de teoria da recepção. Concebida como *mimesis*, termo que significa ao mesmo



tempo representação e imitação, supõe-se que a arte desencadeie no “receptor” uma identificação que pode ser afastada apenas por aqueles que dispõem de uma cultura suficiente e de um domínio de seus efeitos. Com o advento do impresso, o receio dos efeitos nocivos das “más leituras” é teorizado notadamente pela Igreja Católica, que os associa tanto ao veneno quanto à peçonha. A partir do século XVIII, a noção de “contágio moral”, elaborada por médicos a fim de compreender as epidemias morais, as crises de convulsão coletiva e as revoltas políticas, parece perfeitamente apropriada para descrever os efeitos sociais dos escritos que se propagam com o progresso do impresso. Compartilhada pelos revolucionários e pelos contrarrevolucionários, as representações do papel das obras filosóficas no desencadeamento da Revolução vão consolidar essa crença idealista aos poderes das palavras. Brandida ao longo de todo o século XIX contra a liberdade da imprensa [Sapiro, 2011], ela funda uma teoria protossociológica da recepção, antes da carta que repousa sobre a hierarquia entre dois públicos: o público culto, capaz de colocar em prática mecanismos de distanciamento, e o público dos novos leitores, que não deixa de aumentar com a alfabetização e a expansão do impresso (ver capítulo IV). De acordo com esta concepção, as categorias sociais mais vulneráveis são as mulheres, os jovens e as classes populares, que os “maus livros” teriam o poder não somente de desviar dos bons costumes, mas também de incitar a transgredir a ordem social, despertando neles aspirações de ascensão social. As personagens trágicas de Julien Sorrel em *O vermelho e o negro*, de Stendhal, e de Lucien de Rubempré em *Ilusões perdidas*<sup>2</sup>, de Balzac, deram corpo a esta representação

<sup>2</sup> *O vermelho e o negro*, de Stendhal, tem várias edições no Brasil. As mais recentes são a da L&PM Editores (Porto Alegre, 2013, trad. Paulo Neves) e a da Penguin Companhia (São Paulo, 2018, trad. Raquel de Almeida Prado). O mesmo acontece com *Ilusões perdidas*, de Balzac, sendo as edições mais recentes a da L&PM Editores (Porto Alegre, 2007, trad. Ivone C. Benedetti) e a da Penguin Companhia (São Paulo, 2011, trad. Rosa Freire d’Aguiar).

dos “desclassificados” pelo alto, aficionados pela literatura e corroidos pela ambição social, que Barrès revisitará em *Les Déracinés*, imputando a responsabilidade ao ensinamento republicano. Os efeitos da leitura são igualmente integrados à cadeia de causalidade na descrição das patologias médicas, notadamente no caso da histeria feminina. Em *Madame Bovary*<sup>3</sup>, Flaubert combina análise sociológica e análise médica: Emma Bovary encarna esta figura da nova leitora, saída da pequena burguesia, e em quem os leitores românticos fizeram nascer um desejo desesperado de sair de sua condição. Gerador de crises nervosas, este desejo a conduz ao adultério, à ruína e ao suicídio.

A criminologia nascente confere, por sua vez, um lugar de escolha aos leitores nos efeitos do “meio”, que podem estimular os vícios hereditários. O paradigma da “degeneração” incita a retrair os efeitos nocivos da literatura à psicologia dos literatos, seguindo a ideia de Cesare Lombroso, figura proeminente da escola positivista italiana, que denota na propensão pela gíria, a língua dos ladrões e dos cafetões, um sinal de degeneração do “criminoso-nato”. Os escritores naturalistas sofreriam assim de uma patologia cujos sintomas são a obscenidade, a grosseria da linguagem, a falha no senso moral. Este esquema de análise pseudocientífico é retomado pela sociologia da arte, ainda embrionária nessa época. Em *L’art au point de vue sociologique*<sup>4</sup>, Jean-Marie Guyau escreve, assim, que Zola parece ter “uma predisposição nativa de se comprazer em certos assuntos, predisposição que, segundo suas próprias teorias, deve se explicar por algo hereditário, por algum traço mórbido” [Guyau, 1887, p. 158].

<sup>3</sup> Edições brasileiras recentes: *Madame Bovary*. Porto Alegre: L&PM Editores, 2015. Trad. Ilana Heineberg. *Madame Bovary*. São Paulo: Penguin Companhia, 2011. Trad. Mario Laranjeira.

<sup>4</sup> Edição brasileira: *A arte do ponto de vista sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

### *As leis da história literária*

A experiência da Revolução Francesa suscita o desenvolvimento de análises históricas fundadas na comparação entre países e tradições nacionais. Este âmbito nacional é espontaneamente adotado por Germaine de Staël em *De la littérature considérée dans ses rapports avec les institutions sociales* (1800), quando ela procura definir as leis que determinam a história da literatura [de Staël, 1991]. Os gêneros constituem a segunda unidade de comparação, própria a essa história. As duas unidades estão ligadas por uma interrogação sobre as condições sociopolíticas que favorecem um ou outro gênero: assim, a poesia floresceria sob o despotismo, em razão de seu formalismo elevado que a tornaria menos perigosa. Além das formas políticas, as instituições sociais que ela leva em consideração são a religião e o status das mulheres. Se ela apoia a escrita feminina contra aqueles que querem confinar as mulheres a um papel puramente convencional, ela não escapa às representações de gênero da divisão do trabalho que prevalecem em sua época: às mulheres, a literatura sensível; aos homens, a literatura das ideias.

Essa análise se inscreve em uma reflexão mais geral sobre o papel do escritor na sociedade liberal, que se quer normativa: ele é responsável pela perfectibilidade, pela alma nacional e pela sensibilidade. A concepção liberal se opõe, a este respeito, àquela dos reacionários, que querem manter os escritores fora da política. Animados pela certeza da responsabilidade dos homens de letras na Revolução, os pensadores contrarrevolucionários, Louis de Bonald em particular, atribuem ao escritor uma missão edificante de propagandista dos “verdadeiros” valores e ordenador do gosto. Em *L’Ancien Régime et la Révolution*<sup>5</sup>, Alexis de Tocqueville se pergunta: “Como homens de letras que não possuem nem posição,

<sup>5</sup> Edição brasileira mais recente: *O Antigo Regime e a revolução*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009 (2ª ed. 2016).

nem honras, nem riquezas, nem responsabilidade, nem poder, e mesmo sozinhos, uma vez que, enquanto outros exerciam o governo, eles sozinhos mantinham a autoridade?” [Tocqueville, 1967, p. 231]. De acordo com Tocqueville, isso se deve ao crédito que era dado a eles em uma nação que era “a mais letrada e a mais amante do belo espírito” [p. 238]. Encontra-se esta preocupação no que diz respeito ao papel social dos escritores e da literatura ao longo de todo o século XIX, tanto junto aos pensadores reacionários quanto junto aos republicanos e aos socialistas utópicos, de Saint-Simon a Marx. Ela é mais marcada na França, em razão do lugar que as letras ocupam neste país e da autoridade de que gozam os escritores, sem equivalente na Inglaterra ou na Alemanha.

É em razão das relações entre literatura e política na França que Germaine de Staël emprega a noção de “literatura” no sentido amplo, que prevalece no século XVIII na França e na Inglaterra [Williams, 1983], incluindo a filosofia, a ciência, a erudição e as belas-letas. A partir de 1740, o *Dictionnaire* da Academia registra um uso do termo restrito a estas últimas. Esta acepção, mais próxima da definição moderna da literatura, vai se impor a partir do início do século XIX, com a nova divisão do trabalho intelectual introduzida pela profissionalização das ciências e pela reorganização das carreiras universitárias, depois da reforma napoleônica do ensino. A mesma evolução lexical é observada na Inglaterra [Eagleton, 1994, p. 18].

É à margem da universidade que prossegue a pesquisa das leis da história literária. Na introdução de sua *Histoire de la littérature anglaise*, publicada em 1864, Hippolyte Taine explica que uma obra literária é “uma cópia dos costumes circundantes e o sinal de um estado de espírito” [Taine, 1886-1887, t. 1, p. III]. Esse pressuposto o leva a considerar as obras literárias como uma fonte de primeira ordem para a própria história. Nutrido pelas ideias positivistas e científicas, Taine identifica

três fatores que determinam o estado moral de uma civilização e, logo, as obras literárias: a “raça”, que designa as “disposições inatas”, ou o “temperamento”, variável de acordo com os povos; o “meio”, ou seja, as condições climáticas e geográficas, assim como as condições sociais e políticas que moldam os povos ao logo do tempo; o “momento”, que remete às fases da história da humanidade. Esse método de Taine é duramente criticado pelos defensores de uma concepção espiritualista do gênio criador, que denunciam o reducionismo que consiste em relacionar as obras a causas históricas e sociais. Por sua vez, Brunetière elabora uma concepção naturalista da *Évolution des genres dans l’histoire de la littérature* (1890): os gêneros nascem, se desenvolvem e morrem na medida em que os autores se conformam a eles ou se destacam neles.

Essas abordagens pseudocientíficas são logo rebaixadas pela história literária que Gustave Lanson estabelece como disciplina obrigatória no seio da Nouvelle Sorbonne, nascida das reformas republicanas do ensino superior, em 1896. Fundamentada nos métodos filológicos, em parte importados da Alemanha, a crítica lansoniana se propõe historicizar as condições sociais da criação. Em uma conferência sobre as relações entre “História literária e sociologia”, acontecida em 1904 a pedido de Émile Durkheim na École des Hautes Études Sociales, Lanson afirma que o “‘fenômeno literário’ é por excelência um fazer social [...]” [Lanson, 1904, p. 629]. Sem negar a dimensão intelectual da criação, ele explica que a tarefa do crítico é de restituir à obra suas condições de produção, levando em conta não somente o autor, mas também a sociedade de seu tempo e sua primeira recepção. Ele substitui parcialmente a primazia do indivíduo pela “ideia de suas relações com diversos grupos e seres coletivos, pela ideia de sua participação em estados coletivos de consciência, de gostos, de costumes” [p. 630]. É então a uma história social da literatura que Lanson convida, fazendo do escritor “um produto social e

uma expressão social” [p. 631]. Não há de fato determinação causal simples entre a obra e a sociedade, em um sentido ou em outro, mas uma relação complexa nascida da “comunicação de um indivíduo e de um público”. De fato, de acordo com ele, o leitor não é somente o receptor da obra, esta o contém: “O público comanda a obra que será apresentada a ele: ele a comanda sem suspeitar” [p. 626]. Este público pode ser um público ideal, imaginado. Além disso, o próprio livro é “um fenômeno social que evolui”: seu “sentido eficaz” não é determinado pelo autor, nem pela crítica metódica, mas pelo que o público lê nele [p. 631]. Lanson derruba, assim, a causalidade que supõem os estudos em termos de “influência” para elaborar uma verdadeira teoria da recepção antes da letra, centrada nas formas de apropriação sucessivas das obras, sem, para tanto, sugerir uma metodologia adaptada. Ao fim de seu artigo, ele enuncia certo número de leis da história literária (ver quadro).

---

### **As leis da história literária de acordo com Gustave Lanson**

Lanson enuncia seis leis da história literária

- A “lei de correlação da literatura e da vida”: “A literatura exprime a sociedade.” A literatura depende das instituições sociais [como os regimes políticos], sem, entretanto, se reduzir a elas: ela pode também descrever realidades atípicas ou alterar seus traços com fins estéticos ou ainda expressar um protesto contra os costumes ou o estado social.

- A “lei das influências estrangeiras”: as pequenas nações tendem a tomar emprestado das grandes modelos artísticos e literários. Mas os empréstimos se fazem por apropriação e adaptação e cumprem diversas funções sociais. Por exemplo, “a Inglaterra serve aos alemães para rejeitar a influência francesa”.

- A “lei de cristalização dos gêneros” opera por meio de três condições: a existência de obras-primas, uma técnica